



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO ANO DE 2025

1 - A organização administrativa da Proteção e Defesa Civil Municipal encontra-se regulamentada pela Lei Municipal nº 3.582/2020, que dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa básica da Administração Pública Municipal de Alegre/ES, estabelecendo as competências, atribuições e a organização dos órgãos que a integram.

Nos termos do Art. 140, a referida Lei define as atribuições da Superintendência de Proteção e Defesa Civil, órgão responsável pela coordenação, planejamento, articulação e execução das ações relacionadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres, bem como pela integração das ações com os demais órgãos municipais, estaduais e federais.

O Art. 140-A institui a Diretoria Técnica de Proteção e Defesa Civil, à qual compete o suporte técnico às ações desenvolvidas, incluindo a elaboração de pareceres, laudos, relatórios técnicos, vistorias, mapeamentos de áreas de risco e demais atividades técnicas necessárias ao cumprimento das atribuições da Defesa Civil.

Já o Art. 140-B dispõe sobre a Diretoria de Prevenção e Resposta, responsável pelo desenvolvimento e execução de ações preventivas, educativas e operacionais, bem como pelo planejamento e coordenação das respostas a situações de emergência e calamidade pública, atuando de forma integrada com os demais setores envolvidos.

A íntegra da Lei Municipal nº 3.582/2020 encontra-se disponível para consulta pública no site oficial do Poder Legislativo Municipal, por meio do link: <https://www.alegre.es.leg.br/leis/legislacao-municipal>.

Ressalta-se, ainda, que a Lei Municipal nº 2.602/2003 criou a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, estabelecendo o marco legal inicial da atuação da Defesa Civil no município, definindo sua finalidade, competências e diretrizes de atuação, servindo como base para a organização e fortalecimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Dessa forma, a Estrutura Organizacional da Proteção e Defesa Civil de Alegre encontra-se devidamente respaldada por legislação municipal específica, garantindo a legalidade, a hierarquização administrativa e a definição clara das atribuições dos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.



Telefones de Contato:

FIXO - (28) 3300-0109

PLANTÃO - (28) 98101-0920

WHATSAPP - (28) 3300-0100

2 –

PREVENÇÃO

Atualização do Plano de Contingência – PLANCON

Durante o ano de 2025 foi realizada a atualização do Plano de Contingência (PLANCON), instrumento essencial para o planejamento e a gestão das ações de resposta a desastres e situações de emergência no município. A atualização dos dados operacionais, das áreas vulneráveis, dos contatos institucionais e dos fluxos de acionamento garante maior eficiência na tomada de decisões, possibilitando respostas rápidas, coordenadas e eficazes. O PLANCON atualizado constitui ferramenta estratégica indispensável para o gerenciamento de crises, assegurando a integração entre os órgãos envolvidos, a correta mobilização de recursos humanos e materiais e a redução dos impactos decorrentes de eventos adversos.

Reestruturação da Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SUPDEC

No período de 2025 foi promovida a reestruturação da Superintendência de Proteção e Defesa Civil, com a recomposição do quadro de servidores que passaram a integrar a equipe técnica e administrativa do setor. A inserção de novos profissionais contribuiu para o fortalecimento institucional da Defesa Civil Municipal, ampliando a capacidade operacional, o atendimento às ocorrências, o monitoramento das áreas de risco e o desenvolvimento de ações preventivas. A reorganização administrativa possibilitou maior eficiência na execução das atividades e melhoria na prestação dos serviços voltados à proteção da população.

Atualização do Mapeamento das Áreas de Risco

Foi realizada a atualização das áreas classificadas como de risco no município, ação fundamental para o planejamento preventivo e para a redução de vulnerabilidades. O mapeamento atualizado permite identificar com maior precisão os locais suscetíveis a deslizamentos, inundações, alagamentos e outros eventos adversos, subsidiando a adoção de medidas preventivas, intervenções estruturais e ações de orientação à população. A manutenção dessas informações atualizadas fortalece as estratégias de prevenção, facilita o



planejamento das ações de resposta e contribui significativamente para a mitigação de danos humanos, materiais e ambientais.

Definição das áreas para implantação de sensores de movimentação de massa e fluviômetros

Durante o ano de 2025 foram realizados estudos técnicos e análises das áreas mais suscetíveis a movimentos de massa e eventos hidrológicos, com o objetivo de definir os pontos estratégicos para a futura instalação de sensores de monitoramento e fluviômetros. A implantação desses equipamentos é de fundamental importância para o acompanhamento em tempo real das condições do solo e dos níveis dos cursos d'água, permitindo a identificação precoce de situações de risco, emissão de alertas preventivos e adoção de medidas antecipadas para redução de danos à população e ao patrimônio público e privado.

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs

Foi realizada a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados à utilização pelos servidores da Defesa Civil durante atendimentos de ocorrências, vistorias técnicas e ações operacionais. O uso adequado desses equipamentos assegura maior proteção física aos profissionais, reduzindo riscos de acidentes e garantindo condições seguras de trabalho. Além de atender às normas de segurança ocupacional, a disponibilização dos EPIs fortalece a capacidade operacional da equipe e contribui para a eficiência das atividades desempenhadas.

Reestruturação da Sede da Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SPDC

No período foi promovida a reestruturação da sede da Superintendência de Proteção e Defesa Civil, visando proporcionar melhores condições estruturais e operacionais para o desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas. A adequação do espaço físico contribui para maior organização dos materiais e equipamentos, melhoria no processamento das informações operacionais, maior conforto dos servidores e maior eficiência no atendimento das demandas relacionadas às ações de prevenção, monitoramento e resposta.



Projeto de Brigadistas Voluntários

Destaca-se a criação do Projeto de Brigadistas Voluntários, instituído por meio de legislação municipal específica, representando um importante marco na gestão municipal de proteção e defesa civil. O projeto tem como objetivo capacitar cidadãos para atuarem de forma voluntária em situações de emergência, auxiliando nas ações preventivas, de resposta e de orientação à população. A iniciativa fortalece a cultura de prevenção, amplia a capacidade de atuação do município em ocorrências e promove a participação comunitária nas ações de proteção e defesa civil.

Cursos ofertados pela CEPDEC

Ao longo de 2025, servidores da Defesa Civil participaram de diversos cursos e capacitações promovidos pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), com foco no aperfeiçoamento técnico e operacional da equipe. As capacitações visam aprimorar conhecimentos específicos, padronizar procedimentos e preparar os profissionais para atuarem com maior precisão, segurança e eficiência nas ações de prevenção, monitoramento e resposta a desastres.

Emissão de Laudos Geológicos e Geotécnicos

Foram emitidos laudos geológicos e geotécnicos referentes a áreas e imóveis com indícios de instabilidade, com o objetivo de avaliar as condições do terreno e os possíveis riscos associados. Esses documentos técnicos são fundamentais para subsidiar a tomada de decisões administrativas, orientar medidas preventivas, recomendar intervenções estruturais e garantir maior segurança à população residente em áreas suscetíveis a desastres naturais.

Interdições de empreendimentos e imóveis em situação de risco

Quando identificadas situações que ofereciam risco iminente à integridade física de trabalhadores, moradores e usuários, foram realizadas interdições de empreendimentos e imóveis, conforme avaliações técnicas realizadas pelas equipes competentes. As interdições têm caráter preventivo e visam preservar vidas, evitando a ocupação ou permanência em locais com condições estruturais inadequadas ou suscetíveis a eventos adversos, até que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.



MITIGAÇÃO

Instalação de réguas fluviométricas

Foi realizada a instalação de réguas fluviométricas em pontos estratégicos do município, com o objetivo de monitorar visualmente a elevação dos níveis dos cursos d'água, especialmente durante períodos de intensa pluviosidade. Esse monitoramento permite a identificação rápida de situações de risco de enchentes e inundações, subsidiando a emissão de alertas preventivos e possibilitando a adoção de medidas de evacuação de forma mais ágil e segura, reduzindo danos à população e ao patrimônio.

Desassoreamento de córregos e rios

Em ação integrada com as Secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural, Obras e Infraestrutura, foram executados serviços de desassoreamento e limpeza das margens de córregos e rios do município. As intervenções contribuíram para a melhoria do escoamento das águas pluviais, redução do risco de transbordamentos e prevenção de alagamentos em áreas urbanas e rurais, fortalecendo as ações preventivas relacionadas aos eventos hidrológicos.

Monitoramento das áreas de risco existentes

Foi mantido o monitoramento contínuo das áreas de risco previamente mapeadas pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), por meio de vistorias técnicas periódicas e acompanhamento das condições do solo e das edificações. Essa ação possibilita a identificação precoce de alterações nas condições de estabilidade, permitindo a adoção de medidas preventivas e orientações à população residente nessas áreas.

Limpeza e manutenção de pluviômetros automáticos

Com apoio do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), foram realizadas ações de limpeza, verificação e manutenção dos pluviômetros automáticos instalados no município. A manutenção adequada desses equipamentos é essencial para garantir a confiabilidade das medições de pluviosidade, permitindo o acompanhamento preciso do volume de chuvas e subsidiando as decisões relacionadas ao monitoramento e à emissão de alertas preventivos.

Capacitação para utilização do Sistema de Comando de Operações – SCO

A equipe participou de capacitações voltadas à utilização do Sistema de Comando de Operações (SCO), metodologia que organiza e padroniza a gestão de ocorrências e situações de desastre. O sistema permite a definição clara de



funções, a coordenação eficiente das equipes envolvidas e o escalonamento adequado das ações operacionais, constituindo importante ferramenta para o gerenciamento de emergências e otimização da resposta institucional.

Poda e supressão de árvores em risco

Em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMADS), foram realizadas vistorias técnicas e intervenções de poda e supressão de árvores que apresentavam risco iminente de queda, especialmente em áreas urbanas e próximas a residências, vias públicas e equipamentos públicos. As ações tiveram caráter preventivo, visando reduzir riscos de danos estruturais, interrupções de vias e acidentes envolvendo a população.

Execução de obras de contenção em áreas de risco

Por meio de articulações institucionais e captação de recursos junto a parceiros, foram executadas obras de contenção em áreas classificadas como de risco, com foco na estabilização de taludes e encostas. As intervenções contribuíram para a redução da vulnerabilidade das áreas afetadas, proporcionando maior segurança às edificações e à população residente nas proximidades.

Implantação e manutenção de sistemas de drenagem pluvial

Foram realizadas intervenções voltadas à implantação e melhoria dos sistemas de drenagem pluvial em diversos pontos do município, com o objetivo de otimizar o escoamento das águas das chuvas, reduzir pontos de alagamento e minimizar os impactos decorrentes de eventos de precipitação intensa. As ações de drenagem contribuem diretamente para o fortalecimento das medidas estruturais de prevenção a desastres hidrológicos.

PREPARAÇÃO

Simulados externos e de mesa – PCH's Francisco Grós e São Simão

Foram realizados simulados externos e exercícios de mesa em conjunto com as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Francisco Grós e São Simão, com foco na capacitação das equipes operacionais e institucionais para atuação em situações hipotéticas de rompimento de barragem. As atividades permitiram testar fluxos de comunicação, procedimentos operacionais, rotas de evacuação e estratégias de mobilização de recursos, contribuindo para o aprimoramento do Plano de Evacuação e o fortalecimento da capacidade de resposta do município.



Programa VigiDesastres

Foi promovida a capacitação dos profissionais da área da saúde por meio do programa VigiDesastres, voltado ao preparo das equipes para atuação em cenários de emergência e desastre. A iniciativa abordou protocolos de atendimento, organização dos serviços de saúde, fluxos de acionamento interinstitucional e estratégias de articulação entre os órgãos envolvidos, garantindo maior eficiência na assistência à população em situações críticas.

1º Simulado Geral de Gestão de Riscos e Desastres

Realizou-se o 1º Simulado Geral de Gestão de Riscos e Desastres do Espírito Santo, considerado um marco institucional, no qual foi simulada uma situação baseada nos eventos pluviométricos extremos ocorridos em 2024. O exercício contou com a participação de diversos órgãos e instituições, incluindo Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Polícia Civil (PCES), Polícia Militar (PMES), Corpo de Bombeiros Militar (CBMES), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Exército Brasileiro (EB) e Secretarias Municipais. A atividade possibilitou a aplicação prática do Sistema de Comando de Operações (SCO), avaliação dos protocolos existentes, integração das equipes e aprimoramento das estratégias de gerenciamento de emergências.

Implementação do sistema Cell Broadcast (alerta via SMS)

Foi implementado o sistema de alerta via Cell Broadcast, ferramenta que permite o envio de mensagens emergenciais diretamente aos aparelhos celulares da população, informando sobre riscos iminentes, principalmente relacionados a chuvas intensas e eventos adversos. O sistema contribui para ampliar o alcance das informações preventivas, permitindo que a população receba alertas de forma rápida e segura, favorecendo a adoção de medidas de autoproteção.

Definição do Sistema de Comando de Operações – SCO

Foi realizada a definição e formalização das estruturas e dos membros que compõem o Sistema de Comando de Operações (SCO), estabelecendo funções, responsabilidades e níveis de atuação de cada setor envolvido nas ações de resposta. A organização do SCO garante maior coordenação das operações, otimiza o uso de recursos e proporciona maior eficiência no gerenciamento das ocorrências.



Definição e estruturação de locais de abrigos temporários

Foram estabelecidos e estruturados locais destinados ao funcionamento de abrigos temporários para atendimento à população em situações de desastres e emergências. A definição prévia desses espaços possibilita a rápida mobilização em casos de necessidade, assegurando acolhimento adequado, organização logística e melhores condições de assistência às famílias eventualmente desalojadas ou desabrigadas.

RESPOSTA

Atendimento à ocorrência de inundação no Distrito de Anutiba

Durante o ano de 2025, foi registrada ocorrência de inundação e alagamentos no distrito de Anutiba, ocasionando o desalojamento de famílias e a necessidade de mobilização de ações de assistência humanitária. A Defesa Civil atuou de forma imediata no atendimento à população atingida, realizando levantamento de danos, distribuição de itens de ajuda humanitária e articulação com demais órgãos municipais para o restabelecimento das condições de normalidade. As ações possibilitaram resposta eficiente e restabelecimento gradual das áreas afetadas.

Atuação integrada com o Corpo de Bombeiros Militar – CBMES

Ao longo de 2025 foram registradas diversas ocorrências de incêndios florestais, residenciais e comerciais, nas quais a Defesa Civil atuou em parceria direta com o Corpo de Bombeiros Militar (CBMES), prestando apoio operacional, logístico e de isolamento de áreas afetadas. A atuação conjunta contribuiu para maior eficiência no combate aos incêndios, redução de danos materiais e preservação da segurança da população.

Captura de animais silvestres

Foram realizadas ações de apoio técnico na captura e manejo de animais silvestres encontrados em áreas urbanas, com o objetivo de garantir a segurança da população e a proteção da fauna. As ocorrências foram conduzidas por equipes técnicas capacitadas, com posterior encaminhamento adequado dos animais aos órgãos competentes.



Desobstrução de vias públicas

Em decorrência de eventos adversos e condições climáticas desfavoráveis, a Defesa Civil atuou em diversas ocorrências de desobstrução de vias públicas, realizando remoção de árvores caídas, detritos e outros materiais que comprometiam a mobilidade urbana. As ações permitiram o rápido restabelecimento do tráfego e a redução de riscos à população.

Atendimento a ocorrências de precipitação de granizo e vendavais

Foram registradas ocorrências associadas a tempestades severas, caracterizadas por precipitação de granizo e vendavais (ventos intensos), que ocasionaram danos estruturais, incluindo destelhamentos de residências. A Defesa Civil atuou no atendimento às famílias afetadas, promovendo ações de assistência humanitária, distribuição de lonas e apoio emergencial para proteção temporária das edificações atingidas, contribuindo para a rápida recuperação das áreas impactadas.

Interdições parciais de vias públicas

Quando identificadas situações de risco decorrentes de quedas de blocos rochosos, árvores, derramamento de óleo ou outros obstáculos que comprometiam a segurança viária, foram realizadas interdições parciais de vias públicas até a completa remoção dos riscos existentes. Após a execução das medidas de segurança e limpeza, as vias foram restabelecidas para circulação normal, garantindo a proteção dos usuários.

RECUPERAÇÃO

Reconstrução de Pontes, Muros e Estradas

Foram realizadas ações de recuperação e reconstrução de infraestruturas públicas danificadas em decorrência de eventos adversos, incluindo pontes, estradas vicinais e muros de contenção e mitigação. As intervenções contribuíram para o restabelecimento da mobilidade, da segurança das áreas afetadas e da normalidade das atividades econômicas e sociais do município.



Realocação temporária de famílias – Programa de Aluguel Social

Famílias que tiveram suas residências interditadas temporariamente devido à identificação de riscos estruturais ou geológicos foram atendidas por meio do programa de aluguel social, garantindo condições seguras de moradia provisória até que as situações de risco fossem solucionadas. A medida assegurou proteção social e preservação da integridade das famílias afetadas.

Concessão do Cartão Reconstrução

Famílias atingidas por eventos adversos foram contempladas com o benefício do Cartão Reconstrução, destinado a auxiliar financeiramente na recuperação e reconstrução das moradias danificadas. A iniciativa contribuiu para a retomada das condições habitacionais das famílias impactadas e para a aceleração do processo de recuperação das áreas atingidas.

Liberação do FGTS para famílias atingidas

Foi realizado o apoio institucional para viabilizar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) às famílias afetadas por desastres, conforme critérios legais vigentes. A medida proporcionou suporte financeiro adicional às famílias, auxiliando na recuperação de bens e reparação de danos sofridos.

Distribuição de kits de limpeza e insumos de assistência humanitária

Foram distribuídos kits de limpeza e insumos de assistência humanitária às famílias atingidas por ocorrências adversas, contribuindo para a higienização das residências afetadas, prevenção de riscos sanitários e restabelecimento das condições mínimas de habitabilidade nas áreas impactadas.

3 – O município de Alegre já dispõe de áreas de risco previamente mapeadas pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), instrumento técnico fundamental para o planejamento das ações de prevenção e mitigação de desastres. Em continuidade às ações de aperfeiçoamento do monitoramento territorial, encontra-se em andamento a atualização da setorização dessas áreas, bem como a produção da Carta Geotécnica Municipal, que permitirá maior detalhamento das condições geológicas e geotécnicas do território.

Paralelamente, estão sendo elaborados laudos técnicos complementares referentes a áreas ainda não mapeadas, com o objetivo de ampliar a cobertura das informações de risco, subsidiar a tomada de decisões administrativas e fortalecer as estratégias de prevenção, planejamento urbano e gestão de riscos e desastres no município.



4 – O Município de Alegre possui Plano de Contingência Municipal (PLANCON), instrumento técnico-operacional fundamental para o planejamento, organização e execução das ações de prevenção, preparação e resposta a desastres e situações de emergência. O plano estabelece protocolos de atuação, fluxos de comunicação, definição de responsabilidades, estratégias de mobilização de recursos e diretrizes para o atendimento à população afetada, garantindo maior eficiência na gestão das ocorrências e na redução de danos humanos, materiais e ambientais.

Visando o aprimoramento contínuo das ações de proteção e defesa civil, o município encontra-se em processo de atualização do referido plano, com a revisão de dados operacionais, contatos institucionais, cenários de risco e procedimentos operacionais, assegurando que o PLANCON permaneça compatível com a realidade atual do município e com as demandas operacionais existentes.

5 – A Defesa Civil Municipal participou de diversas oficinas e workshops promovidos pelo Governo do Estado, com abordagens voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de gestão de riscos e desastres. Entre os temas discutidos destacam-se o Programa Estadual de Segurança Hídrica e de Enfrentamento a Estiagens e Secas, o PREVINES – Programa Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, o Programa Estadual de Preparação e Resposta a Desastres e a Política Estadual ES Sem Desastres.

A participação nessas iniciativas contribuiu para o alinhamento institucional do município às diretrizes estaduais, possibilitando o aprimoramento das estratégias locais de prevenção, preparação e resposta. O município encontra-se no momento aguardando a formalização e consolidação das políticas públicas e diretrizes operacionais decorrentes dessas iniciativas, a fim de dar prosseguimento às ações necessárias para sua implementação em âmbito municipal.

6 – O Município de Alegre dispõe de diversos meios de comunicação destinados à divulgação de informações preventivas, orientações de segurança e emissão de alertas à população em situações de risco e emergência. Entre os canais utilizados destacam-se emissoras de rádio locais, canais oficiais institucionais de comunicação e sistemas de alerta operacionais utilizados pela Defesa Civil.

A Defesa Civil Municipal também conta com veículos operacionais (VTR) equipados com sistemas de sirene e rádio de comunicação, que permitem a difusão de alertas sonoros e orientações diretas à população em áreas de risco,



especialmente em situações que demandem evacuação preventiva ou adoção imediata de medidas de autoproteção.

Além disso, são realizadas capacitações periódicas com servidores municipais e equipes envolvidas nas ações de proteção e defesa civil, com o objetivo de orientar quanto aos procedimentos adequados de comunicação, protocolos de acionamento e formas de atuação em caso de emissão de alertas, fortalecendo a capacidade institucional de resposta e a segurança da população

7 – Durante o ano de 2025, os servidores da Defesa Civil e representantes de diversos setores da administração municipal participaram de capacitações e treinamentos voltados ao fortalecimento das ações de gestão de riscos e desastres. Entre as principais atividades realizadas destacam-se os cursos ofertados anualmente pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), que contribuíram para o aprimoramento técnico-operacional das equipes.

Também foram promovidos treinamentos específicos com a equipe de gestão municipal, envolvendo gestores das secretarias e diretores de autarquias, com o objetivo de capacitar os responsáveis pelos setores estratégicos quanto aos procedimentos de atuação em cenários de emergência, protocolos institucionais e processos de tomada de decisão.

No campo da preparação operacional, foram realizadas palestras do programa Vigi Desastres, exercícios simulados externos e de mesa em parceria com as empresas responsáveis pelas barragens da PCH Francisco Grós e São Simão, além da realização do 1º Simulado Geral de Gestão de Riscos e Desastres do Espírito Santo, que mobilizou diversas instituições e órgãos de apoio.

Destaca-se ainda a capacitação das equipes para utilização do Sistema de Comando de Operações (SCO), ferramenta essencial para organização, coordenação e gerenciamento das ações em ocorrências, contribuindo para maior eficiência na integração das equipes e na condução das operações em situações de emergência.

8 – Lei Municipal nº 2.602/2003 – Cria Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município de Alegre-ES, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 3.377/2016 – Cria o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUNMPDEC do município de Alegre-ES, e dá outras providências.



Lei Municipal nº 3.582/2020 - Dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa básica da administração pública municipal de Alegre, estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 3.920/2025 – Dispõe sobre Áreas Urbanas Consolidadas (AUC) e Áreas de Preservação Permanente (APP) em Área Urbana Consolidada (AUC), nos termos do que estabelece a Constituição Federal, a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Lei Municipal nº 3.950/2025 – Institui o Programa Municipal de Brigadistas Voluntários no Município de Alegres/ES, e dá outras providências.

Lei nº 12.608/2012 – Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Lei Complementar nº 1.075/2024 – Reorganiza o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SIEPDEC/ES e dá outras providências.

Decreto nº 12.679/2022 – Cria o Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR), e dá outras providências.

Decreto nº 5667-R/2024 – Institui a regulamentação do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC, nos termos da Lei Complementar nº 1.075, de 27 de março de 2024.

Decreto nº 14.094/2025 - Dispõe sobre a atualização da composição, competências e funcionamento do Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR) e dá outras providências.

Decreto nº 14.084/2025 - Dispõe sobre a criação do Sistema de Comando em Operação (SCO), a ser ativado sob demanda em resposta a situações críticas, para atendimento a desastres, emergências e estado de calamidade pública, e dá outras providências.

Portaria nº 5.009/2025 – Dispõe sobre a nomeação dos titulares e suplentes do Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR), nos termos do Decreto nº 14.094/2025, e da outras providências.



9 – Foram emitidos no ano de 2025, os seguintes quantitativos:

Ofícios – 24 (vinte e quatro);

Manifestações – 02 (duas);

Relatório de Vistoria – 10 (dez);

Laudo técnico para Autorização de Corte de Árvores – 05 (cinco);

Análise Preliminares – 40 (quarenta);

Pareceres – 24 (vinte e quatro);

Laudo de Vistoria – 08 (oito);

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

WILLIAN DOS SANTOS SOUZA
SUPERINTENDENTE DE PROTEÇÃO E DEF CIVIL
SPDC - SEOSU - PMAL
assinado em 12/02/2026 08:19:42 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/02/2026 08:19:42 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por WILLIAN DOS SANTOS SOUZA (SUPERINTENDENTE DE PROTEÇÃO E DEF CIVIL - SPDC - SEOSU - PMAL)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-B9Q5LZ>